Capítulo 1

História inicial de uma procura

Reginaldo José de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

História inicial de uma procura. In: SOUZA, R.J. *Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 19-39. ISBN: 978-85-64905-98-6.
<https://doi.org/10.7476/9788564905986.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA INICIAL DE UMA PROCURA

1.1 QUERO DIZER DESDE O COMEÇO

A paisagem e a socionatureza são questões que passaram a provocar-me desde a realização da minha pesquisa de doutorado, cujo trabalho resultou em tese defendida no início do ano de 2015. No decorrer daquela investigação tive a oportunidade de realizar o chamado período sanduíche do meu doutoramento na Universidade de Coimbra, quando estive sob a supervisão do professor Lúcio Sobral da Cunha, Departamento de Geografia daquela instituição.

Na ocasião, importantes diálogos e aprendizagens foram desenvolvidos com meu então orientador em Portugal. O professor Lúcio é um geógrafo reconhecido tanto em seu país quanto no Brasil, notadamente por seus trabalhos na área da Geografia Física e da Geomorfologia. Além de vários momentos de colóquios para debate e reflexões acerca de um fazer geográfico lusófono, buscando aproximações entre a Geografia brasileira e a portuguesa, o professor Lúcio promoveu uma atividade de campo muito produtiva no Parque Natural da Serra da Estrela, distrito da Guarda. Passamos pelas freguesias de Manteigas, Seia e Covilhã e também chegamos ao ponto mais alto de Portugal continental, a Torre, a pouco mais de 1900 metros de altitude.

Toda a morfologia glacial e os processos de erosão e sedimentação do relevo foram muito bem explicados por um especialista que estava a falar das suas paisagens. A partir daquele momento percebia, cada vez mais, o quanto esta categoria é importante para nós, geógrafos. E como explicar as suas dinâmicas formadoras torna-se prazeroso e didático, principalmente em meio a uma atividade de campo numa das regiões mais belas de Portugal. A paisagem não me abandonaria nunca mais. O professor Lúcio sempre brincava e dizia que eu deveria apenas ser um pouco mais voltado para a Geografia Física e o campo.

De fato, talvez tenha mesmo faltado alguma prática em minha trajetória acadêmica que me levasse definitivamente a um campo de pesquisa que considero ser tão apaixonante. A Geografia Física é a ciência humana da natureza e uma didática ao entendimento do modo como a sociedade se encontra ou desencontra com o mundo natural. O professor Lúcio tinha mesmo toda razão, principalmente em um momento em que me encontrava bastante disperso por conta de leituras para elaborar o referencial teórico da tese e um pouco indeciso em como sintetizá-las para dar algum sentido àquilo que eu gostaria de dizer e que seria a minha pesquisa.

Hoje em dia procuro não mais confundir-me com as teorias e venho aprendendo a direcionar o pensamento para aquilo que preciso entender. A prática acadêmica, pouco a pouco, permite que a gente harmonize os anseios e as angústias com aquilo que precisa ser o fundamento do nosso trabalho: a busca pela verdade ou algo que seja o mais próximo possível dela. Mesmo que a minha maturidade intelectual ainda esteja muito distante de ser alcançada, entendo que procuro ser um professor (e um pesquisador iniciante) que não dependa de teorias e métodos exclusivos a servir de apoio *ad aeternum*, enquanto for possível continuar com a atividade da docência.

Sempre achei muito pedante, quase uma deselegância, debater qualquer temática com pessoas que são primeiramente os porta-vozes de suas bibliografias (sobrenome tal, ano tal, página tal), como se ninguém pudesse ter o seu próprio posicionamento perante uma questão-problema. É certo

que as nossas referências nunca são esquecidas e precisamos de todas elas. Contudo, minha intenção, um pouco por necessidade prática e um pouco por gostar de clareza e objetividade, é capturar aquilo que as teorias e seus autores podem oferecer para responder aos meus questionamentos. Este livro demonstra isso, ou seja, a busca por algumas respostas (não todas, por impossibilidade concreta) a partir de um problema chamado paisagem e alguns autores que permitem compreender alguns aspectos desse problema.

Em um trêmulo dia de inverno conimbricense, no mês de dezembro de 2013, entrei em uma livraria próxima à Praça da República e me deparei com a belíssima antologia *Filosofia da Paisagem*, organizada por Adriana Veríssimo Serrão. Nos primeiros dias de posse do material apenas fiquei fascinado com as diversas abordagens compiladas pela organizadora, além de suas reflexões acerca de cada autor e, de modo geral, sobre a paisagem enquanto problema filosófico. Naquele momento pensei em entrar em contato com a professora Adriana, agendar uma entrevista na Universidade de Lisboa, mas, pela corrida contra o tempo em um estágio que chegava na reta final, prestes a retornar ao Brasil, não foi possível.

Com meu retorno para casa descobri que era mais profundo retornar à realidade do Brasil do que ao Brasil. E o cotidiano da vida de um estudante prestes a defender tese sem saber qual seria o seu destino após a conclusão do curso e, depois disso, a quase corrida armamentista por concursos, concorrências e o anseio pela inserção profissional, tudo isso faz com que a gente se preocupe com certas urgências que escapam da idealização do acadêmico que, teoricamente, estuda, escreve, estuda, estuda... Felizmente, três meses após a defesa de tese eu estava trabalhando na UFFS – Campus Erechim, no Rio Grande do Sul.

1.2 PENSAR A PAISAGEM NA DOCÊNCIA

As primeiras disciplinas que ministrei foram Meio Ambiente, Economia e Sociedade, Geografia Física e Biogeografia. Como eu já havia

ministrado as disciplinas Análise da Paisagem e Geografia Física, enquanto professor bolsista da graduação em Geografia na UNESP, Campus de Presidente Prudente, as abordagens nas disciplinas de Geografia Física e Biogeografia do curso da UFFS não me causaram nenhum estresse inicial, pois o modo como sistematizei Análise da Paisagem me permitiria ter um fio condutor para trabalhar com a Biogeografia.

Estruturei a disciplina de modo a seguir uma linha de raciocínio bertraniana. Levei aos meus estudantes de sétima fase a proposta de entendimento da geografia da vida através de um conceito naturalista, o geossistema, a fim de elucidá-la como produto de interações entre potencial ecológico (aspectos geológicos/geomorfológicos, climáticos, hidrográficos), exploração biológica (fauna, flora) e ação antrópica (impacto da sociedade nas dinâmicas naturais). Portanto, propus uma disciplina que permitisse ao estudante de Licenciatura em Geografia compreender que a distribuição das formações vegetais são produtos de interações entre os entes da natureza e cabe ao geógrafo analisar essas dinâmicas e o modo como elas caracterizam parte das diferentes paisagens pelo espaço geográfico.

Em função da minha formação na Geografia Humana, porém, não poderia esquecer da necessária reflexão sobre as questões territoriais e sair de um conceito naturalista de ação antrópica para tratar das peculiaridades da sociedade, que altera o metabolismo da natureza na medida que há o incremento tecnológico, a transformação do espaço em mercadoria e a produção deliberada de desigualdades sociais. O Geossistema-Território-Paisagem (GTP), de Georges e Claude Bertrand, auxiliou-me nessa empreitada e contribuiu para que os estudantes pudessem buscar a visão interativa dos fenômenos naturais e humanos, em que o geossistema é a chave de interpretação naturalista (da natureza-fonte); o território, a socioeconômica e política (da natureza-fonte para a natureza-recurso); e a paisagem, a chave sociocultural (da natureza-fonte/recurso para a natureza artializada).

A culminância desta disciplina foi o trabalho de campo realizado no Parque Estadual Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo, em julho de 2015.

Com a contribuição do professor Anderson Matos Teixeira, viajamos para o município paulista de Cananéia, com diversas paradas anteriores nos trajetos sulistas e análise das paisagens do domínio das araucárias. A escolha da Ilha do Cardoso deu-se, entretanto, por tratar-se de uma situação muito didática para que pudéssemos clarificar os conceitos bertranianos e as escalas de abordagem geossistêmica.

Parque Estadual Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo. Uma das paragens escolhidas para o roteiro de estudos no âmbito da disciplina de Biogeografia. Um “recorte” da paisagem que se prestou para exemplificar a leitura realizada, em campo, das dinâmicas e interações entre as diferentes escalas de análise na composição geossistêmica. Desde a vegetação rasteira dispersa à área de mangue, à floresta densa nos contrafortes serranos e o ato de levar em conta as interferências de cada um destes elementos (potencial ecológico, exploração biológica, ação antrópica) sobre os outros, a teoria do geossistema-geofácies-geótopos sempre será um interessante ponto de partida geográfico para adentrar na natureza da paisagem. Ela permite entender a força da natureza na paisagem. Foto do autor. Julho de 2015.

No parque, por meio de trilhas guiadas, foi possível demonstrar os diferentes geofácies entre vegetação de restinga, mangue e a imponência

da mata atlântica, associadas às morfologias da planície costeira e dos contrafortes serranos em uma paisagem marcante do complexo estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, enfim, um verdadeiro laboratório de Geografia Física Global a céu aberto.

Parque Estadual Ilha do Cardoso. O continente visto a partir da praia na Baía do Golfinho, Núcleo Perequê. Michel Courajoud (2013 [1982]) diz que a paisagem é o lugar onde o Céu e a Terra se tocam. Não é apenas um espaço de encontro entre linhas no horizonte. Trata-se de um encontro mais amplo e profundo entre a finitude na Terra e o infinito nos céus. A janela cuja existência só faz sentido por servir contraditoriamente como uma passagem que não permite a passagem, mas apenas a contemplação. Uma passagem ao espírito da contemplação. Se tentarmos romper essa janela ou fazer dela uma porta, a paisagem vira outra. A paisagem, inclusive, sempre nos escapa ao toque ou à penetração do nosso corpo nela. Isto só acontece porque ela é um escape da Terra (*landscape*) para os céus, em um sentido metafórico de elevação da Terra observada em nossa contemplação que confere significado humano (de experiência humana no mundo) ao espaço abstrato. Nesse aspecto, a “paisagem-geossistema” é muito menor do que a paisagem. Foto do autor. Julho de 2015.

Em Geografia Física, ministrada aos calouros da primeira fase, sempre tive a preocupação de, além de introduzir os principais conceitos e abordagens deste ramo, desconstruir a visão de muitos estudantes que acabam de deixar o ensino médio e entram na universidade: a Geografia (Física) entendida não como ciência, mas como estratégia de memorização de nomes de rios, rochas, vegetação e espécies animais. Para desmistificar essa interpretação, pouco coerente com a verdadeira finalidade da Geografia, utilizo a paisagem como provocação inicial: não há problema analisado por um geógrafo que não tenha alguma manifestação paisagística.

Se o nosso objeto de estudo é o espaço, as causas e consequências dos eventos de interface sociedade-natureza no espaço e na vida das pessoas, então, somos diretamente orientados a perceber nas paisagens as impressões e expressões de impactos que afetam as nossas vidas. Logo, decorar nomes de rios, cidades e espécies não é a finalidade de quem se dedica a esta ciência, e o professor deve sair do curso preparado para trabalhar situações de ensino-aprendizagem capazes de despertar o senso crítico dos seus alunos.

A Geografia Física tem a relevante função de desmistificar discursos equivocados de culpabilização da natureza por acontecimentos que são de responsabilidade da sociedade. Os telejornais noticiam danos causados por desabamentos de encostas ou enchentes como se a verdadeira causa fosse o período de intensas chuvas no verão ou qualquer outra situação que remeta para “desastre natural”. Em momentos como esses vejo como os geógrafos, tanto os planejadores quanto os professores, são profissionais importantes para ensinar as relações entre os eventos da natureza e os eventos da sociedade ou, permitindo-me afirmar, as hibridações entre eles que, muitas vezes, são malfeitas, mal-acabadas, e remetem para a ideia de híbrido como anomalia.

Na disciplina Meio Ambiente, Economia e Sociedade, uma interessante matéria do Domínio Comum² oferecida aos estudantes de todos os cursos de graduação, pude ter com meus alunos, majoritariamente do curso de Geografia, mas também dos cursos de Agronomia, Arquitetura e Engenharia Ambiental, algumas discussões a respeito da ideia de desenvolvimento sustentável, e reflexões críticas começaram a surgir a partir de então. O fato é que precisamos ter um posicionamento crítico diante da questão, tendo em vista que a sustentabilidade, muitas vezes, assemelha-se a um engodo midiático, amplamente adotado por certas empresas. Contudo, o suposto fundamento de manutenção de recursos para gerações futuras nunca será plenamente aplicado enquanto o cerne dos problemas ambientais for o padrão de consumo, o qual a sociedade *não enfrenta* nos dias de hoje.

A partir desta disciplina pude pensar e demonstrar aos estudantes o seguinte: ao passo que não refletimos profundamente sobre a seleção do lixo, por exemplo, estamos a aceitar um padrão de consumo avalizado pela reciclagem como válvula de escape da predação de recursos. Isto porque não basta a uma família de consumidores possuir dois ou mais automóveis, trocar aparelhos celulares e computadores a cada semestre, comprar roupas e marcas desnecessárias (muitas vezes produzidas sob a lógica da exploração quase escravagista da mão de obra) e, no cotidiano, seus membros pensarem possuir atitude política e ecologicamente correta ao separar materiais de descarte para reciclagem. É, no mínimo, incoerente, pois a reciclagem em si não serve para mudar o modo de produção e de consumo. Portanto, é preciso ter uma ampliação do que seria a consciência ecológica com algum princípio de crítica ao padrão de consumo atual.

2 Conjunto de componentes curriculares adotado por todos os cursos de graduação da UFFS (mínimo de 420 h e máximo de 660 h), com o objetivo de promover a contextualização acadêmica (habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional) e a formação crítico social (compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos).

É preciso questionar o consumo intensificado de mercadorias no mundo contemporâneo e, principalmente, o fato de ser este consumo um dos elementos ideológicos para o aprisionamento dos sujeitos no universo da exploração pelo trabalho. Vivemos em um mundo no qual o incremento material é imenso, mas ele vem acompanhado da existência da miséria. Assim, a sustentabilidade insustentável jamais acabará com a fome e a pobreza. Há algo de errado nesta fórmula.

Certamente, o pior problema ambiental é a sociedade concentradora de riquezas e produtora de desigualdades econômicas. Atualmente, a este problema se soma a criação de discursos que apostam em alternativas práticas, de acordo com os interesses dos grandes grupos político-econômicos, para solução de problemas que demandam a extinção do consumismo como o temos atualmente.

No entremeio da pobreza financeira, da fome, da falta de acesso à educação, aos serviços básicos de modo geral, há o fato de que o espaço da vida se tornou mercadoria cara e isso torna muita gente vítima em situações tratadas, de modo equivocado ou proposital, por desastres naturais. Ulrich Beck já disse que muitos dos riscos aos quais somos expostos são democráticos numa sociedade estruturada de modo hierárquico. O que me faz concordar com esta visão é a própria evidência de uma natureza implacável para todos, independentemente de classe social, cor, gênero, orientação sexual.

Neste momento, me recordo das conversas com meu pai a respeito do valor da vida e do que devemos fazer pelo bem das nossas e dos outros. Na simplicidade dos seus pensamentos, mas com uma belíssima carga de significados, ele lembrava de um dia em que, numa de suas viagens – não me recordo por qual cidade, talvez porque ele também não se recordasse – passou em frente a um cemitério e no muro havia a pichação “Aqui todos os homens se igualam”. Ele era jovem e aquela pedagogia o marcou profundamente. A frase remete para a implacabilidade daquilo que nos cria e, ao mesmo tempo, retira a consciência sem quaisquer critérios: a natureza.

Quando ministrei a disciplina de Climatologia, ao passo que organizava os materiais de aula, desde os movimentos da Terra até os mecanismos da circulação atmosférica em diferentes escalas, a reflexão sobre a grandiosidade e imponência da natureza aguçava ainda mais o pensamento e me provocava a buscar, não necessariamente o entendimento de dinâmicas tão superiores aos desígnios e desejos humanos, mas o modo tão displicente, muitas vezes, como nós observamos toda a força que oferece as condições da nossa vida e, ao mesmo tempo, retira-nos de cena de uma forma tão natural.

A natureza é uma força imprevisível.

Um mergulho na vida, nas águas, nos ares, nas terras,

Em todo o universo.

A natureza é um verso.

Abriga o raso e efêmero abismo da nossa cultura,

A natureza é mistura.

Nexus, plexus de todos amores,

É a própria morte *in natura*.

Beleza, equilíbrio, catástrofe,

A natureza é uma arte.

De um átomo a todas as paisagens,

Um misterioso texto expresso em miragens.

(Reginaldo Souza, memória de 2010, renomeado como Natureza: drama e comédia).

A culminação daquela disciplina foi o debate sobre a polêmica do aquecimento global por causas antropogênicas. Na ocasião, convidei uma especialista no tema para realizar uma palestra com meus estudantes tanto da Geografia quanto da Engenharia Ambiental. Daniela de Souza Onça, professora da Universidade Estadual de Santa Catarina, com uma trajetória acadêmica marcada pela contra argumentação às causas antropogênicas, ofereceu um relevante momento de reflexão a respeito de certas

incoerências de ideias que associam ao homem da era industrial a capacidade de alteração do clima global. O seu discurso estava basicamente voltado ao fato de que as mudanças climáticas são processos naturais em função de um simples fator: o planeta não está parado no espaço cósmico.

Portanto, é preciso aceitar que nem tudo ocorre de acordo com o que queremos ou deixamos de querer, ou seja, em algum momento temos de deixar de lado o antropocentrismo e, também, os individualismos. Isto pelo fato de que o discurso de “combate” ao aquecimento global encobriria a grave urgência de resolver, por exemplo, o problema da fome, real e de causas efetivamente conhecidas: os próprios homens, o poder econômico predatório, a exploração dos países historicamente marcados pela subserviência e saque de seus recursos naturais, degradação dos seus povos, enfim, a predação de seus potenciais de modo geral.

Quando assumi a disciplina de Epistemologia da Geografia, todas as preocupações advindas desde as práticas nas outras matérias vieram à tona. Desta vez, com o objetivo de refletir sobre os fundamentos científicos da própria Geografia, o seu escopo conceitual, a aplicabilidade dos conceitos na pesquisa e no ensino e, principalmente, o dever desta ciência em mundo marcado por uma crise dos valores da vida em sociedade e das relações de solidariedade.

1.3 NECESSIDADE DE CONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA E FILOSOFIA

Então, a paisagem ressurgiu com mais intensidade no meu pensamento: ela seria uma possibilidade de harmonizar a sociedade com a natureza e fazer com que as próprias pessoas possam refletir sobre seu papel político nos territórios e nos lugares de suas vidas? A partir de certo ponto da disciplina de Epistemologia trabalhei guiado por esta inspiração e levantei momentos de discussão acerca da percepção ambiental e seus fundamentos, bem como procurei descontaminar os estudantes daquelas

velhas visões sobre paisagem unicamente como quadro físico, sinônimo de uma natureza morta e distante do nosso espírito.

Também motivado por essa discussão, apresentei a proposta de um projeto de extensão acadêmica cujo objetivo era entender como os professores de Geografia do município de Erechim vinham ensinando paisagem para estudantes da educação básica. O projeto (Re)Conhecer o Espaço e as Novas Tendências da Geografia foi pensado e realizado nos moldes de um curso de formação continuada para o público-alvo, em que procurei levar o debate sobre outras possibilidades de entendimento da paisagem para os professores junto com o olhar sobre as desigualdades sociais, o que ocorreu a partir do trabalho da minha grande amiga e colaboradora, professora Paula Lindo.

O segundo semestre de 2016 foi muito interessante por conta dos desafios colocados pelos professores cursistas: já que nós afirmávamos ser incorreto interpretar a paisagem como sinônimo de natureza, consequentemente, e com toda razão, eles queriam saber o que era a paisagem, afinal de contas.

Para irmos ao encontro dos anseios de nossos colegas de profissão, concatenamos uma linha de abordagem que partia desde as questões ambientais até o debate sobre as desigualdades sociais e como elas acirram os problemas de ordem ambiental para as pessoas com poucos recursos financeiros, ou seja, impossibilitadas de morar em áreas ecologicamente mais seguras e se proteger das intempéries ou de suas consequências negativas.

Essa linha de exposição dos temas permitiu trabalhar com a paisagem como forma de apreciar e compreender as diferentes configurações do espaço urbano, por exemplo, nos casos em que as desigualdades econômicas nele se manifestam e são responsáveis pela coexistência, numa mesma cidade, de bairros altamente luxuosos, com moradias suntuosas, com muito conforto térmico, ruas e praças arborizadas, enquanto que, por outro lado, existem bairros periféricos altamente precários, com moradias desconfortáveis, pouca ou quase nenhuma arborização, serviços urbanos

inadequados ao bem estar de seus moradores, tais como transporte público, saneamento, redes de energia.

Enfim, a proposta central era fazer com que os professores percebessem a paisagem não apenas como quadro natural, mas como um elemento presente na vida de todos, bastando olhar verdadeiramente ao redor e buscar, através da contemplação estética, a ética nas relações sociais e nas diferentes formas pelas quais as sociedades criam ou destroem paisagens de acordo com interesses específicos.

Assim, cheguei em um ponto de inflexão. O curso de formação continuada foi concluído com os colegas professores da educação básica e houve uma avaliação positiva da parte de todos eles. Eu e minha parceira de trabalho e colaboradora nos autoavaliamos e chegamos à conclusão de que o trabalho tinha sido satisfatório.

Porém, da minha parte, senti que a interpretação do professor de Geografia demandava outros enfoques para além desta ciência e, em função disso, finalmente entrei em contato com a professora Adriana Veríssimo Serrão, que lidera a linha de investigação em Filosofia e Arquitetura da Paisagem na Universidade de Lisboa. Com a possibilidade do afastamento para capacitação durante o primeiro semestre de 2017, animou-me a ideia de buscar algumas respostas filosóficas. No afã de todas as discussões daquele semestre e também de um período de tempo de acúmulos de dúvidas e incertezas, quase envio um apelo desesperado para a professora Adriana Serrão. Sei que muitos podem considerar estranho, mas vou reproduzir aqui a mensagem:

Caríssima Professora Adriana, sou professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul/Brasil e tenho grande interesse em realizar um estágio pós-doutoral sob sua supervisão em 2017. Entre 2013-2014, estive sob a supervisão do Professor Lúcio Cunha na Universidade de Coimbra e, desde que retornei ao Brasil, trazendo comigo um exemplar de

“Filosofia da Paisagem”, tenho pensado muito na possibilidade de retornar a Portugal e me aproximar do seu trabalho.

{...}

Confesso que ando muito inquieto acerca das abordagens que temos sobre a paisagem na Geografia brasileira e, notadamente, sobre como nossos professores de Educação Básica ou passam despercebidos pela paisagem ou ensinam paisagem para os alunos de modo que eles ainda saem da escola a pensar unicamente que paisagem é um pedaço bonito de natureza - que, na opinião deles, não serve para nada. Eu confesso que já não sei mais em que medida estou certo ou errado no modo como venho trabalhando com a paisagem como categoria da análise geográfica e como ponto de partida para alguma intervenção na realidade, no ordenamento territorial e, também, para uma educação geográfica fundamentada na construção política.

Estou inquieto e desejo muito ter esse período para buscar respostas às minhas questões teóricas.

Caso tenha disponibilidade para esta supervisão, fico muito satisfeito.

Atenciosamente,

Reginaldo

Em nove de dezembro de 2016 os dados foram lançados. Felizmente, após dois dias a resposta positiva ao meu “apelo” já estava presente em minha caixa de *e-mails*. Depois, tudo foi uma questão de organização burocrática, entrega de declarações na Universidade, renovação de passaporte e solicitação de visto no Consulado de Portugal. Tudo parece informação além do necessário, mas considero importante expor esses acontecimentos porque, durante o período de arrumação de todos os papéis, sentia que uma nova “paisagem” teórica estava se formando para mim, quase como se fosse uma gestação, com a ansiedade pela espera de boas novidades.

Assim que cheguei na Universidade de Lisboa, a professora Adriana Serrão convidou-me para um almoço, em uma das cantinas da Faculdade

de Letras, a fim de explicar como seria a dinâmica das nossas atividades no decorrer do estágio.

Através de nossos encontros, procurava relacionar todas as discussões num esquema mental que me permitisse associar as lentes da Filosofia com as lentes geográficas. Embora com um pé na Geografia Humana, minhas pesquisas de mestrado e doutorado estiveram diretamente relacionadas com as abordagens da Geografia Física, com o conceito de geossistema, com as inspirações na Teoria Geral dos Sistemas e suas aplicações para as análises no âmbito desta ciência.

Neste escopo teórico, nunca utilizei o conceito de ecossistema, embora ele tenha sido o primeiro conceito sistematizador das dinâmicas da natureza com um viés paisagístico e teve/tem grande importância para os estudos geoecológicos. O motivo que marcou alguma falta de interesse por aprofundar meus estudos acerca das abordagens ecossistêmicas talvez estivesse relacionado com a questão levantada pelo próprio Bertrand: o ecossistema tem finalidade biocêntrica e os elementos abióticos também são centros reativos das paisagens. A primeira vez que ouvi o Bertrand colocar a ideia dessa forma foi em um curso de curta duração que ele ministrou na UNESP de Presidente Prudente. Como eu ainda não tinha entrado no mestrado, mas estava em processo de elaboração de projeto, acabei por não me preocupar com o ecossistema porque surgiu mesmo o desejo e o interesse por um conceito integrador e de caráter fundamentalmente geográfico.

Sempre achei muito rica a possibilidade de compreender as dinâmicas naturais nas paisagens por meio da complexidade dos sistemas. Em alguma passagem da Teoria Geral dos Sistemas, o próprio Bertalanffy fala da imprevisibilidade da incorporação dessa teoria no âmbito dos estudos geográficos, mas, para uma ciência de interfaces, talvez isso fosse uma tendência desde o princípio. As dinâmicas de informação e retroação, entropia, causalidade, organização, homeostase, irreversibilidade, transformação e nova ordem traduzem as dinâmicas da natureza. E analisar a

paisagem através dessas etapas seria qualquer coisa como um avanço da descrição para a compreensão do seu funcionamento.

O geossistema bertraniano, visualizado sob a ótica das interações entre potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica, foi amplamente difundido nos estudos de Geografia Física e teve grande repercussão e aceitação no Brasil. Realmente, parece-me que este conceito trouxe um novo fôlego para desfragmentar o estudo da natureza, ou seja, retirá-lo daquela situação que o levaria ao ostracismo: capítulos de geologia, geomorfologia, clima, hidrografia e vegetação, sem muito diálogo entre eles. A proposta era buscar entender o funcionamento conjunto de todas essas esferas e, desde o “Paisagem e Geografia Física Global”, também analisar os impactos da ação antrópica neste funcionamento conjunto e as interferências na caracterização das paisagens.

A paisagem com a qual aprendi a lidar na Geografia Física estava ancorada nessa perspectiva e posso dizer que foi extremamente interessante desenvolver estudos influenciado pelo ânimo geossistêmico. Um exemplo marcante foi o estudo da bacia do ribeirão Santo Antônio, no município de Mirante do Paranapanema. Seguindo as influências do meu então orientador de mestrado e doutorado, professor Messias Passos, dediquei a minha pós-graduação à interpretação das dinâmicas paisagísticas da região do Pontal do Paranapanema, no extremo sudoeste do estado de São Paulo. No município mencionado, a bacia do Santo Antônio constituía algo como uma “paisagem promíscua”. Infelizmente, a situação nos dias atuais não é muito diferente.

Ribeirão Santo Antônio ou do Engano, Mirante do Paranapanema-SP. A “paisagem-geótopo” é um resultado exemplar de décadas de mau uso dos recursos por meio de práticas agrícolas imediatistas, associadas à dupla ausência de apoio técnico-científico e de um aparato jurídico efetivo no que diz respeito às leis ambientais. A metáfora da “promiscuidade” desta paisagem relaciona-se com qualquer coisa parecida com o fato de ter sido passada de mãos em mãos, não havendo nenhum tipo de compromisso assumido. Mas paisagens não são passíveis de toques de mãos, seus elementos é que são. Então, a desordem antrópica/geossistêmica pode ser o ponto de partida, já que causa insatisfação, para projetar-se uma paisagem/sonho de bom uso dos recursos (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997) e bem-estar social, sem comprometimento da água (o córrego está em situação de assoreamento, acirrado pela ausência de mata ciliar e o intenso processo erosivo observado em suas margens), da conservação de solos, da capacidade de produção dos pequenos agricultores, da sua manutenção na terra e, conseqüentemente, da sua felicidade. Foto de Rafael Castro Catão, amigo e companheiro de trabalho de campo. Maio de 2012.

A região do Pontal, desde a virada do século XIX para o XX, foi ocupada a partir de um modo de colonização desordenado, no qual a lógica do desmatamento era a lógica da garantia da posse de terras. Portanto, além de intensiva, a derrubada da mata tinha de ser ostensiva. O uso agrícola do solo – desde as culturas do amendoim e algodão, a criação de

gado e, mais recentemente, a produção canavieira – moldou cenários que expressam a falta de cuidado, ou melhor, a despreocupação com o futuro. O ribeirão Santo Antônio, com longos trechos de margens sem vegetação ciliar, envolto por pastagens marcadas por forte erosão em solo arenoso, é expoente de uma “paisagem promíscua”, como se referia o meu ex-orientador a partir da indignação de alguns moradores idosos entrevistados que tinham vivenciado aquela paisagem com o curso d’água ainda em certo estágio de equilíbrio ecológico.

Aquelas observações de campo contribuíram muito para que germinasse em mim a inquietação sobre a relação entre estética e ética nas paisagens. Isto porque o tema está diretamente relacionado com a reflexão sobre a natureza ou, ao menos, certos aspectos da natureza que são alterados por obra humana.

Após vários contatos com a “paisagem promíscua” ou a “falta de paisagem” do ribeirão de Mirante do Paranapanema, lembro-me da minha participação na disciplina Urbanização e Produção do Espaço, durante todo ano letivo de 2010 na UNESP de Presidente Prudente, notadamente do primeiro módulo oferecido pela professora Maria Encarnação Sposito, quando ela indicou, entre várias outras referências importantes, a leitura de Erik Swyngedouw, *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”*. Aquele foi o primeiro passo para sentir-me eternamente provocado com a relação sociedade-natureza ou, talvez não mais a relação, mas a hibridação socionatural.

A hibridação socionatural seria diferente da relação sociedade-natureza? Eu poderia pensar na existência de uma fusão entre dinâmicas da sociedade e certas dinâmicas da natureza que não fosse simplesmente uma relação, mas a criação de outra coisa-síntese entre dois polos distintos? A partir daquele momento comecei a pensar que, apoiado em Erik Swyngedouw, a ideia da produção de uma socionatureza era bastante interessante porque ativa novas interpretações sobre a forma como a sociedade (não) transforma a natureza. É certo que a natureza potência, grandiosa

e sublime jamais pode ser influenciada pelos artifícios humanos, mas, algumas de suas dinâmicas no planeta podem. Justamente essa parcela pequena da natureza potência, responsável direta pela nossa existência, que é alterada e, ao mesmo tempo, modificadora do nosso *ethos* socionatural.

A socionatureza é uma palavra híbrida para representar a fusão da sociedade com a natureza dentro da natureza sublime. Em algum momento, Milton Santos disse que, no passado, os eventos da sociedade ocorriam nos entremeios dos eventos da natureza e, agora, no período técnico-científico-informacional, são os eventos da natureza que ocorrem nos interstícios dos eventos da sociedade. A partir disso, tendo a refletir que não se trata de uma inversão da prevalência entre as dinâmicas do mundo social e natural, pois penso ser mais adequado admitir que os eventos da grande natureza sempre englobaram, englobam e englobarão os feitos da sociedade.

A hibridação socionatural, atualmente, mais faz pensar na ideia do híbrido como anomalia, de acordo com a etimologia da palavra grega *hybris*. Muito embora os seres híbridos despertem curiosidade desde muito tempo na história do conhecimento humano, remetendo-nos a um ideal de superação de nossas limitações – a mistura entre humano e animal, ou humano e deidade, a fim de passar a ideia de maior força física ou nobreza espiritual –, o híbrido socionatural de hoje transmite a impressão do erro.

Pense, por exemplo, nas consequências da transformação do espaço urbano em mercadoria: no caso das grandes cidades, notadamente aquelas dos países periféricos, elas são palcos de acontecimentos que demonstram os motivos de a hibridação socionatural não ter dado certo: bairros precários, favelas, pessoas em moradias localizadas em sítios ecologicamente inadequados, sujeitas das mais variadas maneiras às consequências negativas das intempéries, como perdas materiais, danos psicológicos, contaminação por doenças de veiculação hídrica ou, até mesmo, a morte em situações de bruscos impactos (DAVIS, 2006).

A cidade como híbrido faz pensar na imagem de um ciborgue disfuncional. E digo isso porque estou pensando na leitura de Swyngedouw

e Donna Haraway – O Manifesto *Cyborg*. A cidade deveria ser o espaço de plena realização de sua própria potencialidade: a economia de recursos, o desenvolvimento cultural, as relações de solidariedade, a construção e elevação política (do verdadeiro espírito político), a cidadania em amplo sentido. Todavia, a urbe tornada *mix* de natureza e técnica numa economia que prioriza a exploração de recursos naturais e de pessoas, consumismo, fruição de lucros e concentração de riquezas jamais será um híbrido capaz de garantir a superação das nossas limitações.

A nossa injúria, no sentido da *hybris* grega, é ter fragmentado a vida, a natureza, o ser, o tempo e espaço e tentar fazer uma colagem mal elaborada para voltar à unidade perdida. A humanidade precisa reconhecer que a natureza é infinita e que é parte dela, sendo finita, uma pequena fração completamente submetida ao seu movimento maior, às suas mudanças no decorrer dos tempos/temporalidades e espaço/espacialidades. Todos nós somos natureza, porém, ao mesmo tempo, somos diferentes em função da nossa própria consciência. Assim, é preciso entender a nossa diferença participante da natureza e afirmar nossa racionalidade com base na busca do bem maior e estendido a todos os seres humanos na sociedade.

Há muita gente que afirma a racionalidade humana quase como um trunfo perante a irracionalidade dos animais, como se a racionalidade nos retirasse o estatuto de animais. Entretanto, muitas vezes o comportamento da humanidade é de uma agressividade e violência nunca vistos entre os bichos. Nós podemos ser diferentes. Nós podemos comer, beber, morar e amar sem a necessidade de matarmos uns aos outros. A ideia da infinitude da natureza nunca deve ser interpretada de modo a levar a um posicionamento de descarte da vida e dos próprios recursos. Ao contrário, a natureza sublime deve suscitar o sentimento de que todos estão a ela submetidos de alguma forma e é preciso aceitar o nosso destino.

A ideia é simples: já que todos seremos tragados pelo tempo, pelo espaço, enfim, pela natureza, que façamos o maior esforço para que o tempo da vida de todos seja o mais belo possível. Afinal, não se deve esperar

para que os homens se igualem somente após a morte (para lembrar da frase que meu pai viu no muro de algum cemitério). E, aqui, não falo da estética do belo unicamente do ponto de vista da contemplação, mas também do jogo de situações necessárias para que o belo seja contemplado. Para que a beleza se faça presente na vida de todos é necessário garantir igualdade de direitos, deveres, renda digna, moradias decentes e em locais ecologicamente adequados, participação política, instrução... Educação!

No dia 22 de fevereiro saí de Lisboa em direção à Universidade de Coimbra para assistir uma apresentação de Adriana Calcanhotto. O tema da apresentação era “Eu ando pelo mundo”, através do qual a cantora falou para o público sobre seu processo criativo e seu estilo de escrita. O tema da apresentação era uma referência a uma de suas canções mais cantadas e lembradas até hoje: “Esquadros”. Adriana Calcanhotto dizia: canções que começam com “eu” são, geralmente, fixadas na cabeça das pessoas por conta de um mecanismo de transposição do ouvinte para a própria canção, como se fosse ele mesmo a falar na canção e não mais o compositor ou o cantor.

Eu achei aquilo bastante interessante porque comecei a pensar na escrita acadêmica: geralmente os textos impessoais são muito frios e não despertam empatia. Neste livro, eu me assumo em qualquer pessoa, inclusive, na impessoalidade. Através das minhas andanças pelo mundo, na vida de um pesquisador iniciante, recém-doutor, recém-professor universitário, estou em busca dos sentidos da paisagem e, cada vez mais, interessado na relação entre sentidos da paisagem e sentidos da existência. Nas páginas a seguir, espero que o leitor interessado no assunto se embrenhe nas ideias como se fossem realmente... *nossas!* Busquemos juntos algumas leituras possíveis sobre a paisagem, na Geografia e na Filosofia.